

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, no Salão do Plenário, às treze horas e dez minutos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Wanderley Taboada, declarou aberta a presente Audiência Pública para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2018. A seguir, passou a formar a composição da Mesa Principal, convidando o Vereador Meirelles, os Senhores Juarez Borges - Contador Geral; Fábio Alves Ferreira - Controlador Geral; Alcindo Fernandes - Auditor Geral; Roberto Rizzo - Secretário de Planejamento e as Senhoras Elaine Cristina Silva do Nascimento - Secretária de Fazenda e Cássia Maria dos Santos - Contadora da Prefeitura Municipal de Petrópolis. O Vereador Wanderley Taboada informou que o Presidente da Casa, Vereador Roni Medeiros, encontra-se em compromisso no Rio de Janeiro. Comunicou que a audiência está sendo transmitida pela TV Câmara e registrada através da Ata que, posteriormente, será publicada na página eletrônica do Legislativo Municipal. Designou o Vereador Meirelles como Secretário da audiência. Explicou o funcionamento de como serão feitas as perguntas e respostas. Passou a palavra à Secretária de Fazenda, Senhora Elaine, que agradeceu por estar participando dessa primeira audiência e disse que assumiu esse compromisso como secretária de acompanhar, estar desenvolvendo e implantando vários novos serviços e controles na estrutura como um todo. Informou que o Juarez fará a apresentação inicial. Agradeceu a presença de todos e a oportunidade de estar apresentando a LRF do 1º quadrimestre do município. Informou que no final da audiência irá fazer algumas considerações em relação ao trabalho e a estrutura do que está sendo implantado na Secretaria de Fazenda. A seguir, o Presidente da audiência passou a palavra ao Senhor Juarez que informou que essa audiência tem fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, mais especificamente no Artigo 9º. Disse que a arrecadação no município referente ao 1º quadrimestre totalizou R\$ 397.574.792,89 (trezentos e noventa e sete milhões quinhentos e setenta e quatro mil setecentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos), tendo destaque para o IPTU no valor de R\$ 50.093.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e noventa e três mil), para o ISS R\$ 26.405.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos e cinco mil reais), para o ICMS no valor de R\$ 81.323.000,00 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil reais), para o IPVA de R\$ 28.403.000,00 (vinte e oito milhões quatrocentos e três mil reais) e para o FUNDEB no valor de R\$ 50.870.000,00 (cinquenta milhões, oitocentos e setenta mil reais). Destacou que o gráfico mostra o desempenho por receita, a maior é o ICMS, seguida pelo FUNDEB e IPTU. A percentagem correspondente ao total da arrecadação no período a participação de cada tributo por transferência foi de 12% para o IPTU, transferências SUS 11%, ICMS 19% do

valor total e FUNDEB 12%. Explanou sobre o outro gráfico que mostra toda a arrecadação municipal compreendendo nossos impostos como o IPTU que totalizou R\$ 50.693.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e noventa e três mil reais), o ISS R\$ 23.405.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos e cinco mil reais), Imposto de Renda R\$ 11.000.482,00 (onze milhões quatrocentos e oitenta e dois reais) e ITBI R\$ 4.481.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta um mil reais). Informou que a despesa consolidada no Orçamento atualizado é no valor de R\$ 1.059.610.068,70 (um bilhão, cinquenta e nove milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), o empenhamento total chegou a R\$ 794.870.506,32 (setecentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e quinhentos e seis reais e trinta e dois centavos) e a liquidada R\$ 343.724.200,80 (trezentos e quarenta e três milhões, setecentos e vinte e quatro mil duzentos reais e oitenta centavos), um resultado orçamentário com um superávit em relação à despesa liquidada de R\$ 53.850.592,09 (cinquenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e dois reais e nove centavos). Disse que o resultado primário apurado no 1º quadrimestre comparado com o mesmo período do exercício anterior do valor empenhado menos em relação ao período anterior em 2017, o total chegou a R\$ 324.545.961,50 (trezentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) com relação ao empenho e, em 2018, o empenhado R\$ 376.215.108,40 (trezentos e setenta e seis milhões, duzentos e quinze mil, cento e oito reais e quarenta centavos). Com relação à despesa liquidada em 2017 foi de R\$ 51.186.376,90 (cinquenta e um milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) e, em 2018, R\$ 74.880.545,00 (setenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), resultado primário bastante satisfatório, um pouco maior em relação ao período do ano passado. Ressaltou que o resultado nominal traz o valor da dívida consolidada e a dívida bruta no período foi de R\$ 252.295.576,50 (duzentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), deduzindo ali a disponibilidade de caixa que nos resta a pagar, a dívida líquida consolidada chegou ao valor de R\$ 150.351.288,80 (cento e cinquenta milhões, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos). Esse valor está dentro do comparado ao exercício de 2017. Disse que em 31 de dezembro nossa dívida fiscal líquida chegou a R\$ 18.633.130,00 (dezoito milhões, seiscentos e trinta e três mil, cento e trinta e seis reais) e hoje temos uma dívida de R\$ 93.619.837,10 (noventa e três milhões, seiscentos e dezenove mil, oitocentos e trinta e sete reais e dez centavos) até o mês de abril, final do quadrimestre, e até o final do ano esse valor deve chegar próximo ao que está previsto. Registrou que a receita para efeito de apuração do gasto com a saúde até o 1º quadrimestre chega a um valor aplicado de 27,40% que é maior do que os 15% previstos na legislação. Disse que o percentual mínimo ficaria em R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) e foram aplicados mais 28 (vinte e oito) no total de R\$ 64.000.000,00 (sessenta e

quatro milhões de reais), portanto foi alcançado. Ressaltou que a despesa com educação até o 1º quadrimestre o percentual a ser aplicado é de 25% o total, considerando a despesa liquidada chegamos a 15,28% e temos que cumprir até o final do ano o valor de R\$ 58.398.118,80 (cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e dezoito reais e oitenta centavos), ainda existe uma diferença de R\$ 22.715.000,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quinze mil reais) a ser cumprida, mas até dezembro vai ser realizado. Com relação à despesa com pessoal uma despesa bruta de R\$ 523.158.732,20 (quinhentos e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e dois reais e vinte centavos) e a despesa líquida no valor de R\$ 403.987.301,10 (quatrocentos e três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, trezentos e um reais e dez centavos), chegamos ao percentual de 46,20, ele é menor inclusive do que o limite de alerta do próprio TCE que é 48,60, com isso reduzimos o valor em razão do último exercício quando chegou a 51,66, portanto está provado que já enquadrámos a realidade, o município já está dentro do limite. Disse que a dívida consolidada bruta somou R\$ 252.295.576,50 (duzentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) e a líquida R\$ 150.351.288,80 (cento e cinquenta milhões, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), a dívida bruta 28,85% e 17,19% de dívida líquida em um total de 120% da receita corrente líquida, portanto estamos dentro do limite com bastante folga. Disse que são 30 unidades gestoras, sendo 27 consolidadas. Registrou que os dados dessa apresentação são do SIGFIS e do sistema contábil do município. Informou que essas informações também foram apresentadas através de Data-Show. A seguir, o Presidente da audiência passou a palavra ao Controlador Geral, Senhor Fábio, que disse que com relação à educação irão atingir a meta, pois está sob controle. Registrou que já temos empenhado próximo dos vinte e cinco por cento e isso porque a fórmula de cálculo mudou esse ano, pois através do Tribunal de Contas, antigamente, o cálculo era baseado no empenhamento e agora é no liquidado. Então ao longo do ano como já está empenhado dentro do limite e com o pagamento, vai entrar no liquidado, vai atingir a meta de uma forma bem tranquila. Com relação à despesa de pessoal havia passado o limite prudencial e com o trabalho que foi feito, inclusive desta Casa, com a reforma administrativa, conseguiu-se agora atingir a partir de janeiro na nova folha de pagamento, essa reforma ajudou a reduzir um pouco a despesa de pessoal. Outro fator que ajudou a atingir esse limite foi o aumento da receita, conforme colocou muito bem o Juarez, que aconteceu um aumento substancial na arrecadação do FPM e do ICM, o que ajudou a afastar do índice. Registre-se que há muitos anos o município não saía sequer do limite de alerta e nós saímos desse limite. Destacou que estamos passando por uma crise econômica gravíssima no país, toda a sociedade sofreu com esse impacto da greve dos caminhoneiros e temos que tomar o cuidado de não ficarmos muito afoitos com esses números achando que estamos muito bem, pois não sabemos qual vai ser o comportamento da receita a partir dessa crise econômica. Disse esperar que o município não seja tão

atingido por essa crise econômica, mas os nossos números que estão bons podem não ficar, não em razão do trabalho que tem sido feito pela equipe econômica e pelo Prefeito Bernardo Rossi, com a ajuda do Legislativo que tem se empenhado muito pela cidade, mas em razão de fatores externos e, em especial, a crise dos caminhoneiros. Não sabemos como ficará a greve dos petroleiros e o quanto isso vai impactar na cidade. Agradeceu aos colegas da equipe de trabalho, a Casa Legislativa que tem compreendido as mudanças que temos proposto para a cidade para que possamos melhorar cada vez mais e desejou que possamos atingir um padrão de qualidade em termos da aplicação da LRF e dos gastos públicos. O Presidente da audiência passou a palavra ao Senhor Roberto Rizzo que ressaltou que é um prazer estar nesta Casa. Disse que depois de uma falsa transição de governo, as informações não foram abertas e a surpresa, alguns números eram “maquiados” pelo governo quando não apresentava esses números registrados pela contabilidade, principalmente no que se trata a dívida consolidada do município, onde, em 2016, tínhamos um número registrado de cento e quarenta e quatro milhões e que hoje estamos seguindo a risca o que é necessário apresentar para a sociedade como situação econômica do município. Ressaltou que temos um número de duzentos e cinquenta e dois milhões de dívida consolidada, que esse é o valor real e o valor que a gente deve enfrentar na nossa gestão fiscal. Disse que ocorreu uma evolução do IPTU de quase 20%, o ITBI um crescimento, aproximadamente, de 16% e a Dívida Ativa, aproximadamente, 28%. Registrou que o resultado primário é um valor que ao longo do ano tende a reduzir o seu impacto, mais um resultado primário de evolução de 48% despesas de pessoal uma redução de 7% a 8%, passando de 49,7% naquele período passado. Disse que quando se fala em despesa de pessoal estamos falando sobre os últimos doze meses, em que considera-se o período do governo passado quando teve uma situação de não estarem incluídas as despesas relacionadas ao sequestro que foi feito no final de 2016 para pagar o 13º salário. Portanto, esse valor estava mascarado na época e já havia falado na audiência ocorrida em fevereiro de 2017 que o nosso número tendia a chegar a 55% de despesa de pessoal e conseguimos evitar esse impacto, pois foram feitas reduções de cargos comissionados e outras medidas de redução de despesa e conseguimos chegar ao valor de 51,66%. Registrou que outro dado importante é que tivemos uma evolução no IPM, que é o Índice de Participação do Município, 17%, e esse índice tem todo um mérito de trabalho da Secretaria de Fazenda, trabalho que é essencial para evoluir. Disse que a arrecadação do ICMS é de 25% destinados aos municípios e desses 25% conseguimos evoluir, avançar na repartição desses recursos, foi o maior índice que o município já atingiu nos últimos 20 anos, um valor muito expressivo a que está impactando na nossa receita. Com relação à grave crise econômica acredita que a arrecadação de ICMS nos próximos 30 dias vai ser muito abalada, mas por termos uma fatia maior isso atenua um pouco, portanto temos que tomar medidas para não perder o controle da situação. Disse que nossa obrigação de aporte, de contrapartida ao Instituto Próprio de Previdência é um valor muito expressivo.

isso que não acontecia por causa de uma péssima gestão do governo passado. Informou que hoje estamos aportando mais de trinta milhões de reais por ano e esse valor poderíamos estar recapeando todas as ruas da cidade. Registrou que a nossa capacidade de investimento foi reduzida ao mínimo na história dos 30 anos, porque não conseguimos ter uma sobra orçamentária com os comprometimentos que temos para poder fazer os investimentos que a cidade merece. Disse que junto com a Secretaria de Fazenda e com o Controle Interno estão fazendo uma condução de austeridade fiscal e com isso tem conseguido estar com o CAUC e o CADIN positivos, mas isso possibilita o município captar recursos e termos uma carteira de convênios que é uma das maiores dentre os 92 municípios do Estado, somos um dos dez que não está no CAUC e dos dois maiores somente Petrópolis e Volta Redonda estão fora do CAUC. Parabenizou esta Casa pela realização dessa audiência. A seguir, o Presidente da audiência passou a palavra ao Vereador Meirelles que cumprimentou todos os presentes que se propuseram a comparecer a esta Casa e trazer as devidas explicações e prestações de contas. Perguntou se a melhoria na arrecadação já é resultado daquela legislação que esta Casa votou no ano passado, através de GP, sobre a cobrança de tributos que eram utilizados no cartão de crédito. Disse que sabemos que o cartão de crédito em serviços uma vez usado na cidade, esses tributos eram direcionados para outros municípios, na sede da operadora do cartão, portanto, Petrópolis, naquele momento, perdia receita na medida em que esses eram direcionados para outros municípios. Perguntou se isso já está valendo na prática, se já percebemos resultados na conta da Prefeitura. Registrou que na questão específica da folha de pagamento que se conseguiu uma redução dos gastos no limite é uma boa notícia, mas sabemos que não podemos afrouxar, a equipe econômica precisa trabalhar dia e noite na melhoria da arrecadação e na redução das despesas. Perguntou se quando se alcança esse número de 46,20% na folha de pagamento é possível prever a questão de reajuste salarial dos funcionários do município, já que hoje acompanhamos a ansiedade do servidor público em ter essa reposição salarial. Perguntou como se pode mensurar isso em números. Perguntou o que a cada 1% de recomposição salarial pode impactar nesse número de 46,20 da folha de pagamento. Agradeceu, mais uma vez, a presença de todos e o trabalho que vem sendo realizado arduamente por essa equipe. Dando prosseguimento, o Presidente da audiência passou a palavra à Secretária de Fazenda, Senhora Elaine, que informou que está há onze dias na Secretaria de Fazenda e disse que está realizando um levantamento de todas as despesas do município para que possa mensurar hoje a nossa realidade. Com relação à despesa de pessoal informou que está fazendo um levantamento com simulações para fazer a correção, seja de 1%, 1,5%, mas o trabalho já está sendo realizado e não tem como passar o valor na data de hoje. Com relação ao ISS das empresas operadoras de cartão de crédito disse que fizeram uma mudança na lei que começou a valer em março e houve um impeditivo porque entraram com recursos e a União decidiu fazer todo o recolhimento desse ISS através da Receita Federal. Informou que o SERPRO

desenvolveu um sistema que acompanha toda a arrecadação do ISS das operadoras de cartão de crédito, portanto hoje nós temos uma conta específica do município de que esse valor vem sendo prestado, mas até agora não é muito considerável, porque eles ainda estão se adequando a essa realidade e temos hoje, até o momento, trezentos mil de arrecadação das operadoras de cartão de crédito. Disse que toda a estrutura da apresentação de documentos e o crédito de como vai ser realizado ainda terão essa informação. Destacou que esse sistema do SERPRO consolida, não oferece de forma detalhada quais são as empresas, mas é um trabalho que eles estão desenvolvendo e assim que tiver vai ser divulgada na mídia do município. O Senhor Juarez informou que com relação à despesa com educação foi falado da despesa liquidada de que chegamos a 15,28% mas já temos comprometido na execução orçamentária 44,60%, ou seja, 19,60% acima do mínimo de 25% que é obrigatório aplicar em educação. O Presidente da audiência retornou a palavra à Secretária de Fazenda que informou que em relação ao limite constitucional da saúde já atingimos aos valores liquidados hoje, em torno, de 27,40%, e esse é o intuito do governo em estar investindo em saúde e educação, não só o mínimo, porque hoje esse é o mínimo constitucional. Registrou que o investimento é feito ao longo da execução financeira do município. Ressaltou que com relação à folha de pessoal conseguiu atingir e isso foi um trabalho realizado com a equipe da Fazenda juntamente com o antigo secretário de rever toda a despesa, de fazer o controle de todas as despesas para uma melhoria na arrecadação do município, melhoria no IPTU e na estrutura da secretaria como um todo, porque uma vez que você consegue organizar, normatizar e fazer com que o imposto seja devido e cobrado da forma correta, começaremos a obter os retornos necessários ao longo do tempo, não é a curto prazo, mas, às vezes, a médio e longo prazo. Disse que hoje temos um projeto de georeferenciamento com foto e com voo futuramente, será feito no nosso município, o que vai dar um aumento considerável na arrecadação do IPTU, não só desse imposto, pois uma vez levantando o histórico vamos ter o cadastro mobiliário e imobiliário, tendo o IPTU em empresas e, por consequência, gerando um aumento de arrecadação de IPTU, de taxa de lixo e de ISS como um todo, uma vez que mapeamos todo o segmento do município. Disse que temos várias iniciativas com relação ao controle do ISS e fiscalização, seja ISS, bancário e cartório. Registrou que o Roberto colocou muito bem com relação à DECLAN, já que fizemos um trabalho muito analítico em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda a qual forneceu os dados para que pudéssemos fazer toda a conferência e aí pontualmente verificar o Índice de Participação do Município que trouxe o aumento de 17% no ano passado e um trabalho que estão dando continuidade que são todas as empresas declararem mensalmente as informações ao município. Já foi encaminhado o Decreto e a publicação deve sair por esses dias, tendo assim maior controle de ISS no Índice de Participação, possivelmente com aumento futuro, bem maior que os 17% que obtivemos no ano passado e esse controle que era anual agora vai se tornar mensal. Disse que esse aumento que houve em impostos é importante para o município e a


lei que foi votada nesta Casa e que começou a vigorar em março tem tido os reflexos de melhoria. Com relação aos cartões de crédito temos os casos dos cartões e dos tomadores de serviços de planos de saúde que também foram contemplados por essa legislação, então é o controle que está sendo feito pela Receita Federal através do sistema do SERPRO, porque essas empresas e esses serviços é um esboço do trabalho que está sendo realizado junto com a União e a Receita Federal. Ressaltou que a proposta da Fazenda é fazer um governo transparente e está focada em maior controle dos gastos, controle na arrecadação com uma inteligência fiscal dia a dia que vem sendo implantada através das nossas iniciativas em relação à arrecadação do município e com certeza vai ter uma resposta positiva ao longo dos meses que vão acontecer. Com relação à crise que estamos passando hoje e que foi citada ainda não podemos mensurar o que pode acontecer, até porque o mês de maio é reflexo e só vamos conseguir mensurar a partir do mês de junho quando, de fato, saberemos se pontualmente interferiu nos nossos serviços, porque na primeira semana ainda houve um aumento, um consumo excessivo, mas os serviços começaram a ficar comprometidos ao longo da crise. Se comprometeu, na próxima audiência, em trazer informações mais consolidadas que possam dar transparência e maior clareza do que realmente estão fazendo. A seguir, o Vereador Wanderley Taboada, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disse que a questão da saúde está sendo um peso muito grande para o município em função de várias pessoas que pararam de pagar seus planos de saúde buscando a saúde através do município e isso tem acompanhado por várias empresas e este Vereador é contador e pode confirmar, eles fizeram isso mesmo, apertaram de um jeito que não tem condição, quem quiser pagar que pague o total, porque a empresa não tem mais condições de pagar, pois estava onerando muito as folhas. Disse que sempre falou com relação à questão do IPTU e é impressionante a quantidade de imóvel que não paga imposto, existem lugares com 20, 30 casas que pagam territorial ou só um IPTU e existem muitas casas muito boas, com metragem completamente diferente do que pagam no IPTU e que têm condições de pagar. Registrou que além de tudo existem prédios em determinados locais que o valor do apartamento com cento e dez metros quadrados, cento e vinte, paga mais que um de duzentos metros quadrados. Disse que o georeferenciamento vai ter um trabalho de campo que vai ser muito importante, o que dará um crescimento na arrecadação do IPTU cada vez maior. Registrou que tudo tem que ser bem estudado, bem analisado, para aqueles que não pagam e têm que pagar, cada um pagando um pouco se torna muito. Disse que se observar a ligação da luz, a coleta de lixo, isso tudo mostra a quantidade de lixo gerado, de luz ligada que não correspondem com o IPTU lançado, às vezes um paga um imposto muito caro em detrimento daqueles que não pagam nada e que gozam de todos os benefícios que o município dá. Registrou que a Secretária disse que a ideia é de cumprir, como também está previsto na nossa Constituição, cobrar de forma justa e correta através de uma capacidade contributiva que hoje nós sabemos que existem segmentos e temos que fazer essa cobrança de forma

correta sem prejudicar os menores, mas cobrando de uma forma justa de todos. Disse que no governo passado ocorreram casos em que os lançamentos foram feitos em uma situação de amizade, em relação às mansões em detrimento das casas humildes, o que hoje está dando um prejuízo muito grande ao município. A Secretária de Fazenda informou que faz parte de um dos projetos executar a revisão do Código Tributário, assim como analisar todos os critérios de análise e cobrança do imposto predial, como também o imposto territorial do município. A seguir, o Presidente da audiência passou a palavra ao Vereador Meirelles que disse que percebeu no gráfico que uma das maiores despesas que o município arca hoje é com a área da saúde, aliás, mais além daquilo que é exigido pela lei, por entender o gestor público que é uma área sensível, que precisa de mais investimento, se gasta mais do que o mínimo exigido pela lei e por outro lado tem escutado, inclusive na audiência da saúde, relatos de que grande parte dos usuários do sistema de saúde do município são oriundos de outros municípios. Registrou que Petrópolis, apesar de algumas críticas, ainda é referência na área da saúde para outros municípios da região, onde buscam aqui aquilo que não encontram nas suas cidades. Perguntou se é da competência da Fazenda do município o ressarcimento, se ele existe ou é um tema específico da área da saúde, se a saúde é responsável por tentar resgatar esse custo que o município tem com os cidadãos que merecem saúde, mas que são de outros municípios. A seguir, a Secretária de Fazenda respondeu ao Vereador Meirelles dizendo que o controle é da Secretaria de Saúde, mas temos que obedecer a uma regulação que ocorre em âmbito nacional e estadual e essa regulação faz com que as pessoas de outros locais estejam sendo atendidas aqui e têm o direito a isso, mas o controle do investimento é feito pela Secretaria de Saúde através do fundo que eles administram e o financiamento também é com a saúde, porque ela é administrada por eles. Dando prosseguimento, o Presidente da audiência disse que acredita que o que foi feito nesta audiência hoje foi de suma importância com várias explicações. Registrou que quando temos uma crise financeira é do país todo e estamos tendo êxito em recuperar gradativamente, pois o município está se recuperando financeiramente para que dê continuidade aos seus trabalhos. Disse acreditar que isso são: questão de planejamento, de estudo, identificar de onde está fugindo a arrecadação e saber onde pode buscar mais recursos, sendo isso muito importante. Disse que na certeza de que esta Casa busca sempre o interesse do cidadão petropolitano o encontro de hoje foi, sem dúvida, um avanço muito grande, onde ouvimos e nos informamos melhor com os representantes que aqui vieram e com as explicações que foram feitas e da maneira que será passado para o povo no sentido de que o trabalho está sendo realizado. Registrou que percebe isso cada vez que vai às secretarias e vê que as coisas estão tendo um caminho muito melhor do que anteriormente. Agradeceu a presença de todos e se colocou à disposição no que puder ajudar para que as coisas fluam da maneira melhor, para que o nosso município seja o único vencedor, pois vivemos aqui e queremos o melhor para Petrópolis e o melhor é justamente ter uma administração séria ligada ao bem-estar dos


petropolitanos. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Audiência Pública as quatorze horas e dez minutos. E eu, Janaina Marques, Assistente de Apoio às Comissões, escrevi esta para constar e assino. Petrópolis, 30 de maio de 2018.



Janaina
Marques



Wanderley Taboada
Vereador



Reinaldo Meirelles
Vereador
2º Vice - Presidente